

# TENDÊNCIAS DA SEGREGAÇÃO SOCIAL EM METRÓPOLES GLOBAIS E DESIGUAIS: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80\*

Edmond Preteceille  
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

## Introdução

A análise comparativa da evolução recente das grandes cidades desperta hoje o interesse do mundo acadêmico. Ela permite produzir elementos empíricos e analíticos sobre o papel das transformações econômicas na explicação das tendências de mudanças da estrutura socioespacial das metrópoles. A comparação proposta neste texto apresenta ainda como interesse o fato de cotejar universos até então entendidos como opostos — duas grandes cidades situadas nos mundos desenvolvido e em desenvolvimento — nos quais se observa, crescentemente, semelhanças e aproximações entre os seus modelos de crescimento, financiamento, gestão econômica e social, geradas pelos fluxos financeiros mundiais, que constituem mercados abertos e interdependentes, pela difusão de tecnologias semelhantes, pelas migra-

ções turísticas e de mão-de-obra etc. Ao mesmo tempo, constata-se também semelhanças e aproximações no que concerne ao crescimento das desigualdades e da pobreza, a tal ponto que se tem freqüentemente falado em “terceiromundialização” das grandes cidades desenvolvidas e mesmo da “brasilinização” (Lipietz, 1996) de algumas sociedades desenvolvidas.

A constatação de tais pontos comuns na trajetória recente das metrópoles tem propagado e legitimado o modelo das *global cities*, tal como formulado por Sassen (1991), como explicação das tendências atuais de transformação das grandes cidades. Por outro lado, tem suscitado um debate crítico sobre este modelo, no qual se observa contestações aos seus pressupostos.

A reflexão comparativa proposta neste texto parte da recusa das visões ideológicas da globalização, tanto as que a glorificam, quanto as que a criticam pelos seus efeitos sociais. A globalização é aqui entendida como um processo inacabado e contraditório, comandado não apenas pelo mercado, mas também por forças políticas, e que não anula a importância das dinâmicas locais. Trata-se de buscar uma descrição agnóstica dos processos em curso em duas realidades urbanas e sociais, e

\* Este trabalho, apresentado no GT Cidade e Metropolização, XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 27-31 de outubro de 1998, teve como origem o projeto de pesquisa Reestruturação econômica e social das grandes metrópoles: estudo comparativo Paris—Rio, desenvolvido pelos autores no quadro de cooperação científica CNPq/CNRS.

de confrontar os resultados com as hipóteses centrais do modelo das *global cities*.

A realização desta tarefa, porém, implica a adoção de várias precauções para não se incorrer nos erros metodológicos mais comuns neste tipo de estudo. As análises comparativas, com efeito, tendem entre dois pólos extremos: (a) a justaposição de estudos de caso mais ou menos articulados na problematização das suas hipóteses explicativas, mas dificilmente demonstráveis, o que torna estes casos, freqüentemente, ilustrativos, escolhidos como “bons exemplos” que possam confirmar um modelo teórico preestabelecido, deixando-se de considerar aquilo que eventualmente possa contestá-lo; (b) a aplicação de uma grade de análise comum aos estudos, pela qual é possível utilizar um mesmo conjunto de variáveis no tratamento dos casos em comparação, método aparentemente mais demonstrativo, mas que implica a violentação das situações diferentes, pelo fato de este procedimento impor a descrição por variáveis comuns freqüentemente escolhidas a partir de uma das realidades sociais em comparação — portanto, menos ou pouco pertinentes a outra —, deixando-se de lado variáveis locais que poderiam qualificar ou dar um sentido diferente às descrições semelhantes.

Este texto apresenta as questões e os primeiros resultados de uma pesquisa comparativa que tenta conciliar a análise aprofundada dos casos e a utilização de procedimentos metodológicos que superem estes dois impasses.

### **Problemática e variáveis**

O nosso ponto de partida é que as transformações socioeconômicas em curso nas grandes cidades são o motor das mudanças nas estruturas socioespaciais. Assumir tal hipótese implicou a escolha de dois procedimentos metodológicos. De um lado, a utilização da variável ocupação (*catégorie socioprofessionnelle* — CSP, no caso francês) como central e comum às análises de cada uma das cidades, uma vez que ela nos permite relacionar mudanças econômicas e transformações socioespaciais. De outro, a busca de uma técnica que nos permitisse tratar o conjunto de cada uma das metrópoles, ao invés de apenas partes delas.

Estas escolhas metodológicas têm ainda como justificativa a constatação de que o debate sobre a dualização, com muito insistência, tem-se reduzido à discussão da sua ilustração pela análise de casos extremos, tomados como representativos do conjunto das transformações em curso na cidade, tais como favelas/*quartiers en difficultés* e condomínios fechados/*beaux quartiers*. Por outro lado, pouca atenção tem sido dada ao caráter sociologicamente decisivo do eventual processo de reconfiguração das classes médias na concretização da dualização social, pois a pesquisa urbana tem-se concentrado na análise dos excluídos. A nosso ver, avaliar as transformações dos segmentos que compõem o que a Sociologia tem historicamente mal definido como “classe média” parece fundamental para entender as mudanças em curso nos regimes de mobilidade social e, conseqüentemente, as condições que fazem emergir os “excluídos”. Em resumo, a nosso ver, a análise sistemática dos efeitos das transformações econômicas sobre a estrutura socioespacial das grandes cidades não é possível quando se toma apenas as “pontas” como objeto, sem assumir, portanto, a hipótese da coexistência de diferentes situações sociais e urbanas, tais como mobilidade, misturas, agregações, segregações, exclusão etc.

A escolha do nosso ponto de partida também se fundamenta nas aquisições sociológicas recentes relativas ao caráter de produto histórico-social-institucional das categorias de classificação das ocupações, que são, ao mesmo tempo, categorias de análise científica e de representação instituída do mundo social (Desrosières, Goy e Thévenot, 1983; Desrosières e Thévenot, 1988). As CSP's francesas são organizadas, desde 1947 (foram revistas em 1982), em um sistema de classificação que parte de seis grupos profissionais — maior nível de agregação — e se desdobra em 31 categorias socioprofissionais constituídas pelo agrupamento de 455 profissões. Cada um destes níveis está fundado em critérios específicos e, por conseqüência, a sua arquitetura não permite o cruzamento sistemático de uma série de critérios. Assim, por exemplo, tamanho do estabelecimento, setor de atividade ou estatuto social da ocupação são critérios de classificação que intervêm apenas na formação dos seis grupos profissionais,

não permitindo a sua utilização nos níveis inferiores de desagração.

O enfoque teórico que fundamenta a construção das CSP's francesas está calcado na idéia de que cada categoria sócio-ocupacional expressa um lugar nas relações sociais de produção e reprodução, cujo critério de identificação é um misto de posição na divisão social do trabalho, qualificação e escolaridade necessárias, traduzidas em *brevets* e diplomas, natureza estatutária do emprego, setor de atividade etc.

No lado do Brasil, a escolha metodológica da comparação implicou a necessidade de construir categorias ocupacionais comparáveis às CSP's francesas, em razão da sua inexistência no sistema estatístico utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Nos censos são utilizadas as variáveis ocupação, grupo ocupacional, setor de atividade e posição na ocupação, sem, contudo, formarem um sistema classificatório unificado. Algumas pesquisas anteriores tentaram utilizar estas variáveis para construir conjuntos de categorias sócio-ocupacionais que pudessem servir de instrumento na análise da composição da força de trabalho e da estrutura de distribuição da renda no Brasil (Jorge *et al.*, s/d.) e das posições sociais (Silva, 1973, 1985 e s/d.). Utilizamos os resultados das classificações presentes nestes trabalhos para construir um sistema que se aproximasse ao máximo das CSP's francesas mas que, ao mesmo tempo, levasse em consideração as especificidades do mercado de trabalho brasileiro.

O fato de a FIBGE utilizar o termo ocupação, e não profissão, já traduz o grau de instabilidade e baixo nível de institucionalização das relações de trabalho no Brasil.<sup>1</sup> Somente algumas ocupações podemos assemelhar à noção de profissão, no sentido de que o seu exercício (a) requer uma determinada qualificação formal, (b) implica realizar um conjunto claramente identificável e estável de atividades e (c) depende da obtenção de diploma ou assemelhado. Por outro lado, existe nas grandes cidades brasileiras uma estrutura econômica com um grau muito maior de diversificação das relações sociais, mobilizando contingentes expressivos da população. A economia urbana do país é caracterizada, com efeito, por um segmento capita-

lista, no qual prevalecem relações de assalariamento — formal e informal —, e outro autônomo, entendido como sendo o setor da estrutura produtiva composto por empreendimentos individuais cujo produto se destina ao mercado — em contraposição aos empreendimentos cujo produto em grande parte é autoconsumido — e que pertencem ao setor da subsistência (Singer, 1977). Tal setor é ele mesmo diversificado, já que, embora composto predominantemente por explorações camponesas, unidades de comércio varejista, unidades de prestação de serviços (bares, oficinas de reparação, jardineiros, engraxates, carregadores, taxistas), artesãos e indústrias domésticas (costureiras, alfaiates, ceramistas, processadores de fumo, padeiros), é também integrado por dois segmentos polares: os profissionais liberais e as ocupações irregulares, ilegais e transitórias que integram o chamado “desemprego disfarçado”, características de uma sociedade onde inexiste um sistema de proteção social. Ademais, o próprio setor capitalista é composto por um segmento moderno, onde prevalecem relações formais de assalariamento, políticas sociais de bem-estar e uma estrutura de ocupações mais profissionalizadas, e outro tradicional, caracterizado por menor grau de formalização do assalariamento, despreteção social e baixa profissionalização das ocupações.

Todo este conjunto de dificuldades e especificidades levou-nos a adotar uma atitude de cautela na maneira de conceber a relação entre estrutura ocupacional e hierarquia social. Esta relação é forte e direta na França, em razão do grau de formalização do mundo do trabalho neste país, traduzido em sindicatos e organizações profissionais, e da sua capacidade de desenvolver lutas de construção e afirmação das suas identidades sociais. Tal fato dota a taxionomia e a nomenclatura das profissões francesas de um alto grau de legitimidade social, tornando-as um poderoso instrumento de descrição da estratificação e da hierarquia sociais.<sup>2</sup>

### **Comparação das estruturas e das evoluções**

A primeira etapa do trabalho consistiu em comparar as composições e evoluções das estrutu-

ras sócio-ocupacionais das duas metrópoles. Para tanto, em razão das diferenças entre os sistemas de classificação, construímos tabelas nas quais buscamos reagrupar as categorias de forma a torná-las mais comparáveis.

A população descrita no caso de Paris é a ativa, isto é, compreende os *chômeurs*, com exceção daqueles que jamais trabalharam. No caso do Rio de Janeiro, trata-se da população ocupada, isto é, aqueles que exerciam alguma atividade remunerada *habitualmente* ou *eventualmente* (mais de 15 horas semanais) na ocasião da realização do censo. São considerados como desocupados as pessoas com idade superior a 15 anos que integram a população economicamente ativa mas que não exerciam à época do censo nenhuma atividade remunerada naquelas condições. Este contingente não é interrogado sobre a ocupação que exerce. Por isso mesmo, não existindo mecanismos institucionais de proteção quanto ao desemprego, algumas ocupações constituem-se, na verdade, em forma de “desemprego disfarçado”, dado o seu caráter de precariedade, de instabilidade, o nível de remuneração etc.

Comparemos, inicialmente, as estruturas sociais no início dos anos 80. As ocupações agrícolas têm um peso pequeno nos dois casos, sendo

um pouco maior no Rio de Janeiro (1,2%). Esta diferença é tão mais importante na medida em que a definição geográfica da área metropolitana fluminense é mais restritiva em termos geográficos e urbanísticos, o que significa que a presença da categoria de agricultores expressa a existência de atividades rurais no perímetro metropolitano do Rio.

O peso dos pequenos empregadores urbanos no Rio é mais do que o dobro do observado em Paris, ao passo que o peso dos artesãos em Paris é superior ao dos artesãos no Rio.<sup>3</sup> Constatamos que as duas estruturas sociais são caracterizadas por um expressivo e idêntico peso do que poderíamos chamar de “pequena burguesia urbana” — 5,4% para Paris e 5,6% para o Rio —, se somarmos os artesãos e os pequenos empregadores urbanos. A semelhança estatística não significa, contudo, o mesmo significado sociológico, em razão dos fortes contrastes existentes entre os significados sociais das categorias artesão e pequeno produtor urbano nos dois casos. Em Paris, com efeito, elas agrupam profissões altamente qualificadas, exercidas no setor produtivo e nos serviços, com um forte grau de organização corporativa, ao passo que no Rio, deste ponto de vista, designa um conjunto mais heterogêneo de ocupações, exercidas autono-

Quadro 1

Comparação das Estruturas Ocupacionais por Sexo. Paris versus Rio de Janeiro

<i>CS Paris</i>	<i>H 82</i>	<i>M 82</i>	<i>CS Rio de Janeiro</i>	<i>H 80</i>	<i>M 80</i>
Ocupações agrícolas	0,2%	0,1%	Ocupações agrícolas	1,0%	0,1%
Artesãos	2,0%	0,7%	Artesãos	0,7%	1,2%
Pequenos empregadores urbanos	1,6%	1,1%	Pequenos empregadores urbanos	3,1%	0,6%
Empresários	0,6%	0,1%	Empresários	0,5%	0,0%
Profissionais liberais	0,8%	0,4%	Profissionais liberais	0,2%	0,0%
Outras categorias superiores	9,9%	3,7%	Outras categorias superiores	4,4%	2,1%
Profissões intermediárias	11,6%	8,8%	Profissões intermediárias	10,6%	5,4%
Trabalhadores dos serviços	7,1%	18,0%	Trabalhadores dos serviços	18,8%	9,4%
Empregados do comércio	0,8%	2,4%	Empregados do comércio	4,5%	2,3%
Empregados domésticos	1,0%	3,6%	Empregados domésticos	0,6%	9,2%
Operários	20,4%	3,7%	Operários	21,0%	2,7%
Ambulantes e biscateiros			Ambulantes e biscateiros	1,4%	0,4%
Desocupados ( <i>chômeurs</i> )*	3,7%	3,9%	Desocupados	6,0%	3,5%
<b>Total</b>	<b>56,2%</b>	<b>43,8%</b>	<b>Total</b>	<b>66,1%</b>	<b>33,9%</b>

Fontes: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/FASE); FIBGE, Tabulações Especiais do Censo Demográfico do Rio de Janeiro, 1980; e INSEE, Recenseamento da França. A lista completa das categorias, nos dois casos, e a correspondência com as categorias agrupadas encontram-se no Anexo, ao final do artigo.

mente na produção, no comércio e nos serviços, tais como comerciantes por conta, proprietários de bares, restaurantes e armarinhos, alfaiates, costureiras, marceneiros etc., trabalhando em casa e/ou na casa do cliente. A principal consequência desta diferença é que, em Paris, as duas categorias de pequenos empregadores urbanos e artesãos expressam mais nitidamente, na hierarquia social, a posição de independência em relação ao assalariamento. No Rio, é bem maior a zona de fronteira entre autonomia real e assalariamento informal, o que implica maior heterogeneidade e menor reconhecimento social destas categorias como “pequena burguesia urbana”.

A expressiva presença das mulheres na categoria artesão no Rio deve-se ao fato de ela abarcar um grande contingente de costureiras, ocupação historicamente feminina no Brasil, enquanto que na França o conjunto das ocupações do artesanato é exercido predominantemente pelos homens.

Os empresários constituem uma categoria cuja comparabilidade também impõe precaução. Na nomenclatura francesa, alguns *chefs d'entreprise* são classificados como *cadres supérieurs* por possuírem o *status* de assalariado. Na nomenclatura brasileira, por outro lado, em razão da inexistência da informação sobre o número de empregados no Censo de 80, na construção da categoria empresário não foi possível separar pequenos e grandes empregadores. Como solução intermediária, adotou-se um filtro de *status* social na ocupação empregador, utilizando as variáveis renda e escolaridade. Com estas precauções, constatamos que o total é da mesma ordem (0,7% para Paris e 0,6% para o Rio de Janeiro). A participação das mulheres é pequena nos dois casos.

Os profissionais liberais são comparáveis, em razão de sua definição ser explicitamente estatutária. Na nomenclatura brasileira, esta categoria inclui os profissionais liberais clássicos — médicos, dentistas, advogados, engenheiros e arquitetos. É importante registrar, contudo, que o campo profissional e as modalidades de exercício não são idênticos. O peso dos profissionais liberais é bem menor no caso do Rio — 0,2% contra 1,2% em Paris — e a participação das mulheres também é muito diferente — cerca de 30% em Paris e de apenas 5% no Rio.

O restante das categorias superiores — os profissionais de nível superior, excluindo os profissionais liberais, e os dirigentes dos setores privado e público — é também bastante comparável, em razão da exigência do diploma do nível superior para o exercício da ocupação, salvo para as funções políticas — como o caso de ministro de Estado —, mas constitui um contingente muito pequeno. A diferença entre as duas metrópoles é, neste caso, espetacular, já que esta categoria representa apenas 6,5% da estrutura ocupacional do Rio e 13,6% da estrutura de Paris. Em compensação, a participação das mulheres nesta categoria é proporcionalmente superior no Rio — cerca de 30%, contra 25% em Paris. No total, o peso do conjunto das categorias superiores é de 7,2% no Rio e de 15,5% em Paris — ou seja, quase o dobro.

A comparação entre as categorias intermediárias é uma operação delicada, uma vez que entre elas prevalece reduzido e variável grau de institucionalização, ao mesmo tempo em que a auto-identificação ou a identificação social é fluida (Chenu, 1997) e a transformação é muito rápida, o que acentua ainda mais a instabilidade da sua definição. No Brasil, as ocupações intermediárias são mais recentes do que na França, em razão do caráter tardio da sua industrialização, embora a parte delas relativa à expansão das funções estatais seja mais antiga. Ademais, são diferentes as posições destas ocupações nas hierarquias sociais em cada país, no Brasil possivelmente significando maior *status* social do que na França, em razão do papel dos serviços na integração à sociedade urbana em um contexto de industrialização periférica, onde ocorreram, ao mesmo tempo, forte migração campo-cidade e, proporcionalmente, reduzida geração de empregos no setor industrial.

Ao mesmo tempo, existem algumas diferenças entre ocupações incluídas nesta categoria nas duas nomenclaturas. Na França, *infirmière* (enfermeira) e *instituteur* (professor de nível médio) estão classificados como *professions intermédiaires*;<sup>4</sup> no Brasil, a ocupação de enfermeira está incluída nas “outras categorias superiores”, pela exigência de diploma de curso superior, e professores de primeiro grau estão classificados na categoria intermediária.

Se tomamos as agregações próprias a cada nomenclatura, as categorias intermediárias representam 20,4% da população ativa em Paris, dos quais 43% são mulheres. No Rio, este grupo ocupacional é relativamente menor – 16% dos ocupados —, com uma representação feminina também bastante inferior à verificada em Paris. A comparação da importância desta categoria na estruturação social das duas cidades não deve, contudo, restringir-se à constatação das diferenças dos percentuais. No Rio, a categoria intermediária tem um peso superior ao das categorias superiores, quando comparamos os percentuais das categorias equivalentes em Paris. Tal fato assinala e aponta um verdadeiro problema sociológico, uma vez que este segmento social está ausente nos estudos e nas representações sociais vigentes sobre a chamada “classe média”.

O agrupamento seguinte — trabalhadores dos serviços, empregados do comércio e empregadas domésticas — coloca o mesmo tipo de dificuldade, pois nele encontramos zonas de fronteira com as categorias intermediárias e as inferiores. As ocupações correspondentes na nomenclatura francesa aos trabalhadores dos serviços e aos empregados do comércio representam 28,3% dos ativos e 35% dos ocupados no Rio de Janeiro. Encontramos, porém, fortes contrastes no que concerne ao peso das mulheres nas ocupações: 73% em Paris e apenas 26% dos empregados do comércio e dos trabalhadores dos serviços no Rio.

Se, ao invés do *status*, tomamos o critério da qualificação e do tipo de emprego, no caso brasileiro, para comparar com a categoria *employé*, é necessário adicionar aos empregados do comércio e aos trabalhadores dos serviços a categoria das empregadas domésticas, uma vez que esta categoria, na França, compreende também os *personnels des services directs aux particuliers*, ocupações equivalentes aos serviços pessoais e aos empregados domésticos na nomenclatura brasileira. Com esta operação, as categorias intermediárias passam a representar cerca de 33% em Paris e 45% no Rio.

A categoria seguinte — os operários — é bastante comparável em razão da semelhança dos critérios de definição utilizados nas duas nomencla-

turas. Paris é uma cidade um pouco mais operária do que o Rio, apesar da anterioridade do processo de terceirização moderna da sua estrutura produtiva e da sua condição de centro econômico e político do país. Se adicionamos, porém, aos operários a categoria de *employés* e as ocupações não-manuais dos serviços e do comércio, constatamos que a estrutura social do Rio é mais fortemente marcada pela presença das categorias populares — trabalhadores do comércio e dos serviços e operários — e a de Paris, pelo peso das categorias intermediárias e superiores.

Se comparamos as categorias desagregadas mais semelhantes, também constatamos este fato. Com efeito, os empregados do comércio representam apenas 3,2% dos ativos de Paris, ao passo que no Rio de Janeiro representam 6,5% dos ocupados; os empregados domésticos são 10% dos ocupados no Rio de Janeiro e os *personnels des services directs aux particuliers*,<sup>5</sup> categoria semelhante porém mais ampla em sua definição, representam apenas 4,6% dos ativos em Paris.

É necessário adicionar, para o Rio de Janeiro, uma última categoria de ambulantes e biscateiros. Esta categoria, que totaliza 1,8% da população ocupada, corresponde às formas menos qualificadas e mais pobres de emprego no setor dito informal, sem equivalente em Paris nas estatísticas e, sem dúvida, muito menos presente na realidade do mercado de trabalho desta metrópole do que no Rio. Pode-se aproximar os trabalhadores da sobrevivência, ao menos em parte, à categoria dos *chômeurs*, se consideramos que este emprego é o modo brasileiro de responder à falta de emprego assalariado estável, enquanto que na França existe um sistema de proteção social que permite a sobrevivência graças à indenização de desemprego, ao *revenu minimum d'insertion*<sup>6</sup> e a outras ajudas sociais. Mas não é possível comparar as identidades sociais correspondentes, uma vez que uma grande quantidade de *chômeurs* são trabalhadores qualificados de setores em declínio.

O quadro seguinte nos permite apreciar as evoluções dos mesmos agrupamentos de categorias ao longo do último período intercensitário, nas duas cidades.

**Quadro 2**  
**Evolução das Estruturas Ocupacionais.**  
**Paris e Rio de Janeiro**

CS	Taxa Anual de Variação	
	Paris 1982-90	Rio 1980-91
Ocupações agrícolas	-4,4%	1,9%
Artesãos	-0,2%	2,6%
Pequenos empregadores urbanos	-0,2%	4,5%
Empresários	4,7%	-0,2%
Profissões liberais	3,9%	0,0%
Outras categorias superiores	4,4%	2,6%
Profissões intermediárias	2,2%	1,9%
Trabalhadores dos serviços	-0,8%	1,3%
Empregados do comércio	1,7%	2,7%
Empregados domésticos	2,0%	0,4%
Operários	-0,5%	-0,7%
Ambulantes e biscateiros		7,1%
Total	1,0%	1,4%

Fontes: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/FASE); FIGBE, Tabulações Especiais do Censo Demográfico do Rio de Janeiro, 1980 e 1991; e INSEE, Recenseamento da França.

Notemos, antes de mais nada, que o crescimento da população ativa é apenas ligeiramente superior no Rio. Em Paris, como já foi mostrado mais em detalhe em outro trabalho (Preteceille, 1995), a evolução do conjunto da estrutura social da região indica forte crescimento das categorias superiores, crescimento moderado das categorias médias e ligeiro recuo das categorias populares (trabalhadores dos serviços e operários). Nelas ocorreu uma substituição do “proletariado fordista” (operários do tipo industrial e empregados de escritório) por um “proletariado pós-fordista” (empregados do comércio, pessoal dos serviços pessoais, operários da manutenção e da reparação, do transporte-estocagem etc.).

Não ocorreu, portanto, globalmente, dualização pelo crescimento das categorias superiores e populares e diminuição das categorias médias, mas, antes de tudo, um deslizamento do conjunto em direção às categorias mais qualificadas e à terceirização da estrutura produtiva.

No Rio encontramos, em parte, as mesmas tendências: crescimento forte das categorias supe-

riores e ligeira diminuição dos operários. Observamos, porém, diferenças notáveis nas evoluções de cada estrutura social.

No que concerne às categorias superiores, em primeiro lugar, a taxa de crescimento anual no Rio é menor do que a verificada em Paris, muito embora o seu peso fosse já nitidamente menor no início do período. A diferença de estrutura entre as duas metrópoles se acentua neste aspecto, ao invés de se reduzir. Ademais, o crescimento mais notável observado em Paris é o dos *chefs d'entreprise*, e o crescimento dos profissionais liberais é quase tão elevado quanto o dos outros *cadres supérieurs*. No Rio, em contraposição, o número de dirigentes do setor privado e de empresários diminuiu, enquanto permaneceu constante o dos profissionais liberais. Este fato certamente resulta da posição relativamente declinante do Rio de Janeiro na economia brasileira e do recuo de certas funções de direção em benefício de São Paulo, Belo Horizonte e Brasília, gerando um quadro de desindustrialização regressiva (Ribeiro, 1997).

Não obstante, as profissões intermediárias progredem, embora mais modestamente do que em Paris, o que nos leva a relativizar o caráter regressivo da desindustrialização do Rio. Com efeito, o crescimento desta categoria nos faz supor que venha ocorrendo no Rio a expansão, embora pequena, dos serviços superiores típicos da reconfiguração das economias urbanas, tais como saúde, educação, lazer etc.

Entre as categorias de empregados mais modestos nota-se outras diferenças. Os empregados do comércio aumentam nitidamente mais rápido no Rio de Janeiro (2,7%) do que em Paris (1,7%). Em contraposição, os empregados domésticos aumentam muito modestamente no Rio de Janeiro (0,4%), ao passo que em Paris a categoria *personnels des services directs aux particuliers* aumenta mais rápido (2%), embora as duas categorias não sejam totalmente semelhantes.

Enfim, e sobretudo, as categorias que aumentam mais no Rio de Janeiro não são as categorias superiores, mas a “pequena burguesia”, de um lado, e as categorias menos qualificadas de ambulantes e biscateiros, de outro. Para a primeira, esta evolução contrasta nitidamente com o caso parisiense, onde o total de *com-*

*merçants* e de *artisans* recua ligeiramente. Para a segunda, poder-se-ia aproximar o crescimento à progressão dos *chômeurs* em Paris, caso se interprete esta forma de ocupação como um desemprego disfarçado. Mas a progressão do *chômage* em Paris é nitidamente mais fraca, 0,9% por ano.

O caso do Rio manifesta, então, contrariamente ao caso de Paris, uma certa tendência à dualização, pois se observa o crescimento das categorias superiores e da pequena burguesia, de um lado, e o crescimento forte dos empregados do comércio, dos ambulantes e dos biscateiros, de outro. Notemos, porém, que esta dualização não ocorre em conformidade com o previsto no modelo das *global cities*, uma vez que o crescimento das categorias superiores é menor do que o esperado e o da pequena burguesia é totalmente inesperado. Ademais, exceção os empregados do comércio, o conjunto das categorias que progredem tem como característica comum o fato de serem não-assalariadas, e mesmo no interior das categorias superiores os autônomos crescem nitidamente mais do que os assalariados, embora estes sejam muito mais numerosos. Enfim, observa-se apenas uma tendência à dualização relativa, já que as categorias médias continuam a progredir em números absolutos e relativos.

### **Comparação das estruturas da segregação social**

Não obstante estas constatações, resta avaliar as tendências de divisão social do espaço nas duas metrópoles. O modelo das *global cities* prevê não apenas a dualização da estrutura social, como efeito inelutável da globalização, mas também o surgimento de fortes tendências à polarização socioespacial nas grandes cidades. Em que medida verificamos tais tendências nos resultados empíricos obtidos da análise dos processos de estruturação e evolução do conjunto do espaço social em Paris e no Rio? Se tal ocorre, até que ponto se trata do resultado da exclusão socioespacial das camadas populares?

Para analisar a segregação urbana nas duas metrópoles, construímos tipologias dos seus espaços em função dos perfis sócio-ocupacionais dos residentes. Vamos aqui apresentar a comparação dos principais resultados obtidos com a utilização

dos dados dos censos de 1982 para Paris e de 1980 para o Rio. Para esta cidade, a base geográfica foi construída pela agregação dos cerca de 12 mil setores censitários em 219 áreas, compreendendo os 17 municípios que integram legalmente a sua área metropolitana. É importante assinalar que, dadas as particularidades urbanas dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói, separamos as áreas identificadas como *favelas*, por serem aglomerados habitacionais que apresentam um tecido social muito específico, localizados em áreas centrais. Para Paris, foram utilizadas como unidades espaciais os 80 bairros da capital e os 584 municípios urbanos que fazem parte da região de *Ile-de-France*.

A comparação sintética das estruturas da divisão social do espaço das duas metrópoles foi obtida a partir dos resultados de análises fatoriais — utilizando-se a técnica de análise por correspondência binária, seguida da classificação hierárquica ascendente — realizadas com a população ativa, para o caso parisiense, e com a população ocupada, para o Rio de Janeiro, separando-se homens e mulheres.

Nos dois casos, o primeiro fator de análise — isto é, o agrupamento e oposição das variáveis que explicam estatisticamente a parte mais importante da variância, que leva em consideração as similitudes e diferenças entre as unidades espaciais — é a oposição clássica entre classes superiores e operários, sistematicamente encontrada neste tipo de análise.

Em Paris, a contribuição maior na explicação do distanciamento e agrupamento das unidades espaciais é a dos homens *cadres administratifs et commerciaux d'entreprise*,<sup>7</sup> seguidos pelos homens que exercem profissões liberais, *professions de l'information, des arts et du spectacle*<sup>8</sup> e pelas mulheres *cadres administratifs et commerciaux d'entreprise*. Todas as categorias superiores, homens e mulheres, têm forte correlação com este primeiro fator e projeções próximas. Uma outra categoria contribui fortemente à formação deste primeiro fator: as mulheres da categoria *services direct aux particuliers*, cuja associação residencial tão forte com os seus principais empregadores é surpreendente se considerarmos que o empregado doméstico co-habitando com o seu patrão é hoje em dia excepcional em Paris, já que a maioria de quartos de empregados foram transformados em pequenos apartamentos.

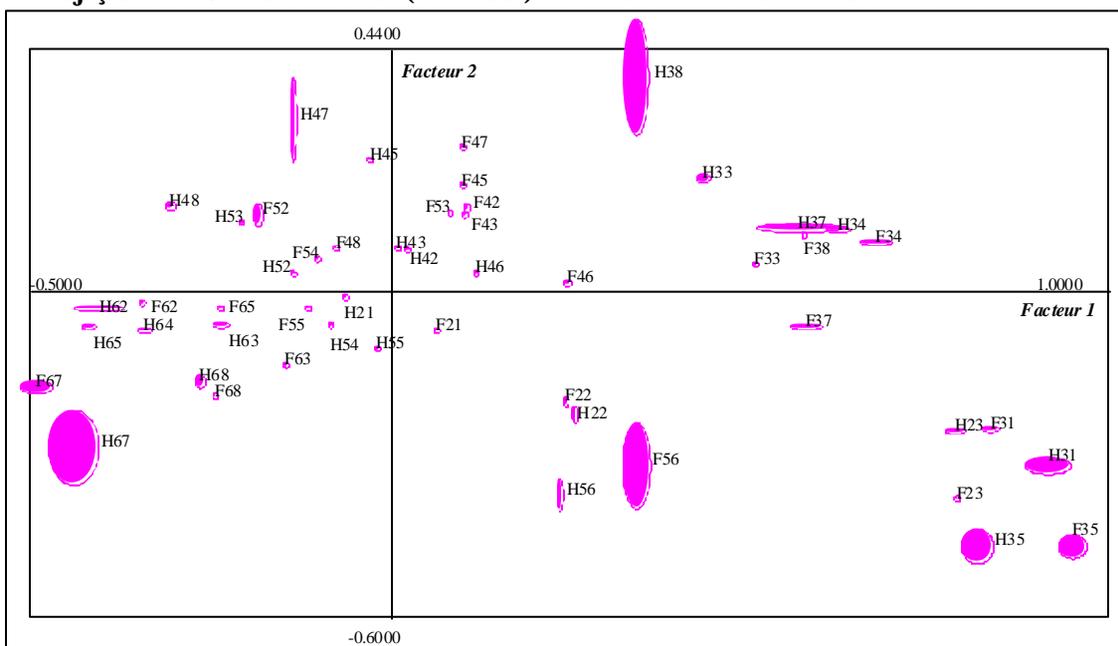
Em contraposição, as seis categorias com contribuição superior à média e correlação no primeiro fator em oposição às classes superiores são as operárias. Pela ordem decrescente, encontramos os operários menos qualificados, operários industriais qualificados, operários industriais não-qualificados, operários artesanais, motoristas e, finalmente, operários qualificados da manutenção, do armazenamento e dos transportes. As outras categorias operárias, homens e mulheres, têm contribuição inferior à média e coordenadas com o mesmo sinal e correlações próximas. Duas outras categorias se intercalam: os homens contramestres e

*agents de maîtrise* e as mulheres *employées civiles* ou *agents de service de la fonction publique*.<sup>9</sup>

Na formação do primeiro fator, as categorias superiores contribuem mais (54%) do que o conjunto do operariado (30%), além de apresentarem coordenadas mais afastadas do centro de gravidade.

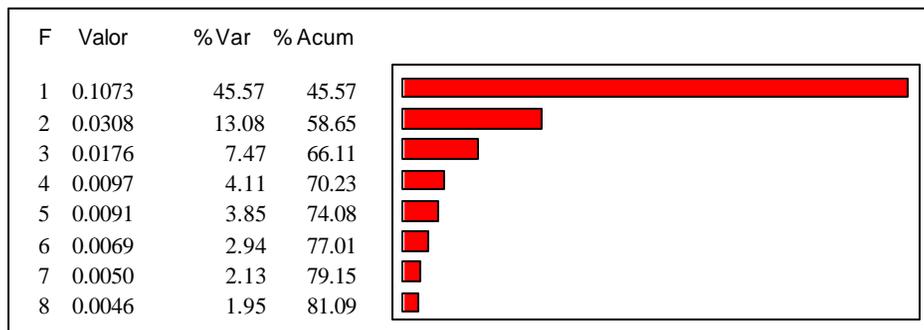
Tais resultados estatísticos indicam que as divisões socioespaciais vigentes na metrópole parisiense devem-se mais fortemente à auto-segregação das categorias superiores do que à exclusão das categorias operárias e populares. Voltaremos a este ponto mais adiante.

**Gráfico 1**  
**Projeção das Variáveis Ativas (CSP 1982) nos Dois Primeiros Planos Fatoriais — Paris**



(Ver no Anexo os nomes das CSP correspondentes aos códigos.)

**Gráfico 2**  
**Contribuição dos Oito Primeiros Fatores à Variância Total da Dispersão — Paris**

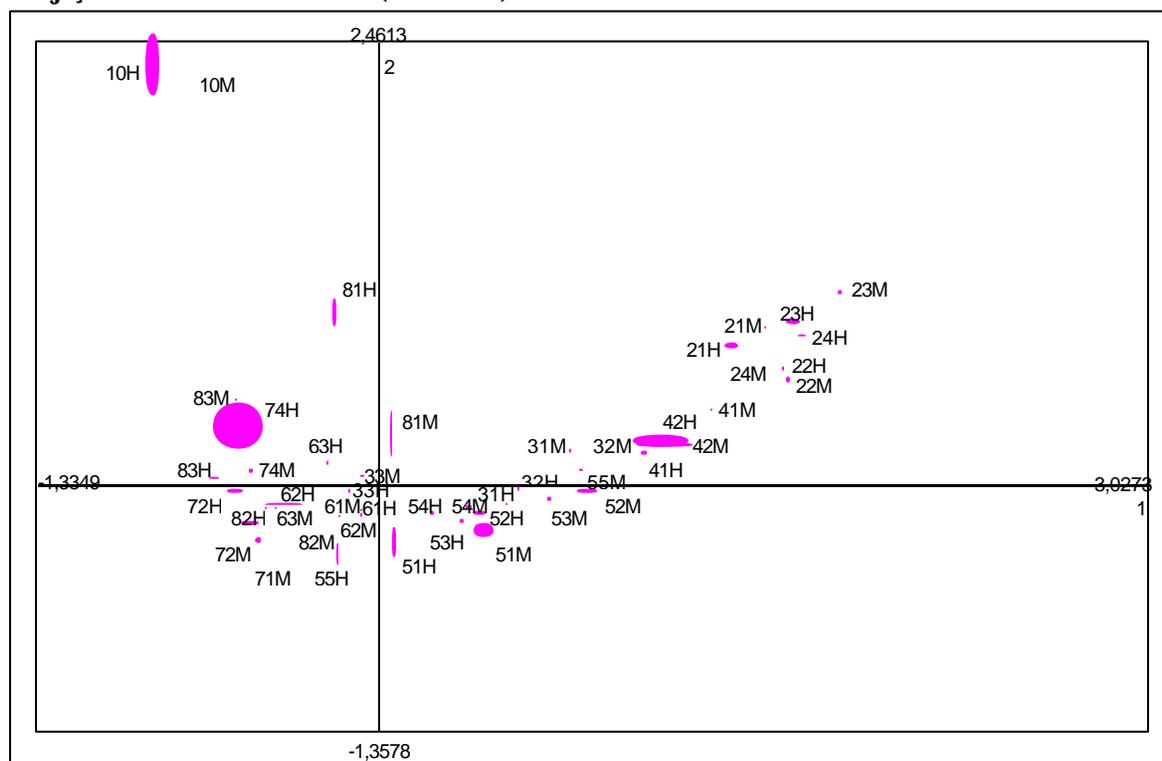


No Rio, encontramos uma definição semelhante na formação do primeiro fator, apesar da imagem diferente que podemos ter da polarização social entre as classes superiores e populares. Reencontramos a mesma oposição entre os conjuntos das classes superiores e operárias, às quais se adicionam, é verdade, os ambulantes, biscateiros e agricultores, sendo que

estas duas últimas categorias têm posições as mais afastadas do centro de gravidade, com contribuições pequenas. Entre as categorias superiores, as mais afastadas do centro de gravidade são as da elite dirigente, seguidas dos profissionais de nível superior. No Rio de Janeiro como em Paris, homens e mulheres destas categorias têm projeções muito próximas.

**Gráfico 3**

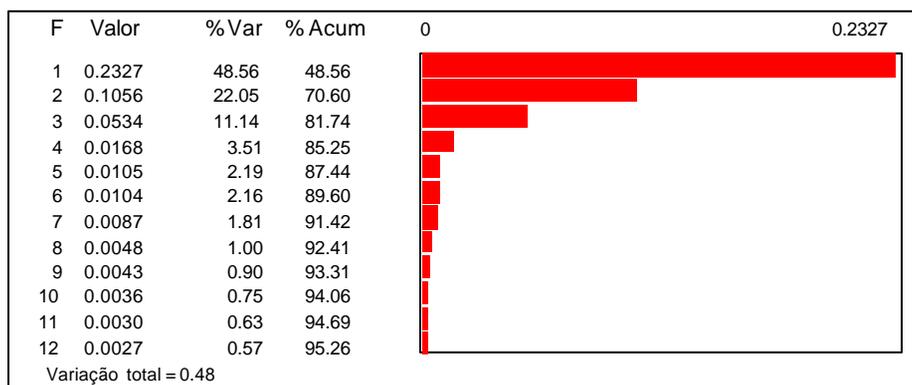
**Projeção das Variáveis Ativas (CSO 1980) nos Dois Primeiros Planos Fatoriais — Rio de Janeiro**



(Ver em anexo os nomes completos das CSO.)

**Gráfico 4**

**Contribuição dos 11 Primeiros Fatores à Variância Total da Dispersão — Rio de Janeiro**



No Rio, como em Paris, o conjunto das categorias superiores contribui para a formação do eixo 1 mais que o conjunto das categorias mais populares — 44% contra 24%. Nota-se, aliás, que no Rio as categorias superiores têm coordenadas mais afastadas do que as verificadas em Paris, o que significa localizações residenciais comparativamente mais exclusivas. O fato de a sua contribuição total ser mais fraca que a de Paris se explica por seu peso nitidamente menor no conjunto da população ocupada no Rio.

Os resultados encontrados até aqui para as duas cidades poderiam ser considerados triviais, pois expressam as oposições clássicas vigentes em cidades que foram centros industriais, constatadas sistematicamente em vários estudos semelhantes. Eles evidenciam, contudo, a distorção das representações sociais instituídas sobre o Rio como cidade dividida entre os ricos e o difuso mundo dos pobres, nas quais estão ausentes as clivagens de classes como explicativas da dinâmica espacial e social da organização da cidade. Não deixa de ser surpreendente que as estruturas socioespaciais das duas cidades sejam marcadas pela mesma oposição de classes, apesar do peso menor dos operários no Rio. A análise evidencia também, nos dois casos, a segregação como o resultado, antes de mais nada, das práticas auto-segregativas das classes superiores, resultado que, por seu turno, contrapõe-se à idéia corrente da exclusão e marginalização como a tendência central das grandes cidades, inclusive daquelas situadas nos países desenvolvidos.

O segundo fator gerado pela análise fatorial, entretanto, tem definições diferentes nos dois casos. Em Paris, o segundo fator opõe, de um lado, um certo tipo de categorias superiores, especificamente intelectuais — *professions de l'information, arts et du spectacle* e *professions libérales* —, a categorias populares pouco qualificadas — *personnels des services directs aux particuliers*, operários não-qualificados do tipo industrial — e, de outro, categorias qualificadas das empresas — engenheiros, *cadres administratifs et commerciaux d'entreprise*, mas também técnicos, contramestres e *agents de maîtrise* — a mulheres *employées civiles* e *agents de service de la fonction publique*.

No Rio de Janeiro, o segundo fator é determinado principalmente pelas ocupações agrícolas, que têm a mais forte contribuição, às quais se associam os empregados domésticos e os trabalhadores da construção civil e, secundariamente, os empresários. Este conjunto se opõe a duas categorias médias de menor qualificação — trabalhadores não-manuais da segurança pública, correios etc. e os trabalhadores não-manuais de atividades de rotina — e, secundariamente, aos prestadores de serviços.

O fato de não encontrarmos no Rio a oposição identificada em Paris entre as próprias categorias superiores pode ser efeito da diferença entre as nomenclaturas, já que na brasileira não há uma distinção tão detalhada entre as categorias superiores. Pode também ser efeito de uma localização residencial mais agrupada e homogênea destas no Rio de Janeiro do que em Paris.

Reciprocamente, não encontramos na análise do caso parisiense a oposição entre categorias médias-populares e categoria agrícola. Tal fato deve-se, em boa parte, a termos utilizados na análise apenas as *communes*<sup>10</sup> urbanas da região da *Ile-de-France*, em razão de as *communes* rurais serem muito pequenas para que se possa desagregá-las pelas CSP's detalhadas, distinguindo-se homens e mulheres. O conjunto espacial utilizado na análise reúne menos da metade das ocupações agrícolas existentes na região metropolitana de Paris, embora nela resida cerca de 97% da população ativa. As ocupações agrícolas distribuem-se de maneira diluída em Paris. Na tipologia de P. Bessy e N. Tabard (1990), construída a partir de metodologia que permite incluir as *communes* rurais e utilizando o mesmo modelo fatorial, o segundo eixo é largamente determinado pela oposição entre agricultores e um conjunto de categorias entre as quais encontramos os *employés*.

Os resultados das duas tipologias permitem afinar a nossa comparação, levando em consideração as características espaciais dos agrupamentos, misturas ou oposições de categorias sociais.

Para Paris, construímos uma tipologia com 22 tipos, agrupados em 7 classes segundo a similitude de seus perfis. Para o Rio, em razão do número mais

limitado das unidades espaciais, a tipologia contém 11 tipos agrupados em 5 classes. As diferenças de nomenclaturas e de número de unidades espaciais não permitem uma comparação termo a termo das tipologias, o que nos obriga a uma comparação do conjunto da estrutura socioespacial.

Encontramos nas duas tipologias o mesmo princípio de hierarquização, dos tipos superiores aos populares, fato que decorre da semelhança entre as definições do primeiro fator nas duas análises fatoriais. Encontramos, também, tipos médios, em posição intermediária, tipos caracterizados pela sobrerepresentação das ocupações agrícolas. Observamos, não obstante, diferenças notáveis. Os Quadros 3 e 4 descrevem as densidades (base 100) que permitem caracterizar os perfis dos tipos parisienses e fluminenses.

Os tipos superiores, nos dois casos, são caracterizados pela forte sobrerepresentação das categorias superiores. No Rio, 2 em 11 tipos (S1 e S2) podem ser considerados como superiores, os únicos nos quais o conjunto da elite dirigente e intelectual (empresários, profissionais liberais e outras categorias superiores) apresenta sobrerepresentação, ao mesmo tempo em que a hierarquia entre os dois é nítida.

Em Paris, entre 4 a 6 tipos podem ser considerados como superiores. Duas diferenças principais entre os tipos superiores de Paris e Rio podem ser notadas. A primeira é que em Paris, ao contrário do Rio, as variações dos perfis das categorias sócio-ocupacionais não podem ser reduzidas a um simples princípio de hierarquização. Alguns tipos apresentam sobrerepresentações mais fortes dos *chefs d'entreprise*, outros das *professions de l'information, des arts et du spectacle* e, outros, dos engenheiros. É possível que esta diferença seja a consequência do maior detalhe da nomenclatura das categorias superiores no caso francês, como mencionamos no momento da apresentação da análise do segundo fator.

A segunda diferença entre Paris e Rio decorre da concentração das categorias superiores nestes tipos. No Quadro 5 percebemos que as categorias superiores são muito mais agrupadas espacialmente no Rio, já que nos tipos superiores moram mais de 79% dos empresários, 89% dos profissionais liberais

e cerca de 66% das outras categorias superiores. Em Paris, as categorias mais espacialmente agrupadas são os profissionais liberais, pois 51% deles estão nos quatro tipos superiores tomados para comparação, seguidos pelos *chefs d'entreprise* (45%) e das outras categorias superiores (38% apenas).

No Rio, entretanto, as categorias superiores dominam menos seu espaço privilegiado do que seus homólogos parisienses: elas representam tão-somente 23% da população ocupada no conjunto dos dois tipos superiores cariocas, contra 30% nos quatro tipos superiores parisienses, lembrando que os dois grupos têm o mesmo peso no total da população ativa ou ocupada. As profissões intermediárias representam 22% da população ocupada nos dois tipos superiores no Rio e um percentual próximo, 20%, nos quatro homólogos parisienses. A presença dos empregados domésticos é nitidamente mais forte no Rio, ao passo que os operários estão mais presentes nos tipos superiores parisienses. Apesar destas diferenças, constatamos que os perfis sócio-ocupacionais dos tipos superiores são surpreendentemente próximos.

A diferença mais contrastante entre as estruturas sociais dos dois grupos de espaços superiores é, então, o grau de concentração das categorias superiores, muito maior no Rio que em Paris.

Se comparamos os outros grupos de espaços com mais contrastes sociais — os tipos mais operários —, observamos que no Rio as categorias superiores estão quase totalmente ausentes, enquanto que em Paris elas representam 9% do total da população desses tipos. Da mesma forma, as categorias intermediárias estão mais presentes nos tipos operários parisienses, com o dobro do peso observado no Rio. Em ambas as metrópoles, nos espaços mais operários encontramos forte presença das categorias mais populares, cerca de 67% e 81%, respectivamente; o peso dos trabalhadores dos serviços é o mesmo, 27%, e o peso dos operários é muito próximo: 33% em Paris e 35% no Rio. Não obstante estas semelhanças, há também diferenças entre os tipos operários das duas cidades, em razão dos pesos diferentes das outras categorias mais populares (empregados domésticos, ambulantes, biscateiros e empregados do comércio), que estão muito mais presentes nos tipos do Rio.

Quadro 3

## Densidade Relativa\* das Categorias Sócio-Ocupacionais por Tipo — Rio de Janeiro, 1980

<i>CS</i>	<i>S1</i>	<i>S2</i>	<i>M1</i>	<i>M2</i>	<i>M3</i>	<i>F</i>	<i>O1</i>	<i>O2</i>	<i>O3</i>	<i>PO</i>	<i>PP</i>
Ocupações agrícolas	42	12	31	14	30	87	63	29	69	159	1134
Artesãos	64	89	101	118	116	88	113	91	115	102	77
Peq. empregadores urb.	141	148	123	132	96	53	76	60	66	61	89
Empresários	509	152	89	46	22	8	13	2	13	9	29
Prof. liberais	596	125	50	32	12	12	6	0	3	1	11
Outras categ. superiores	367	220	107	93	49	22	26	7	15	8	25
Profissões intermediárias	127	155	147	140	114	48	82	43	60	41	50
Trab. nos serviços	71	105	108	124	114	124	104	92	96	81	73
Empreg. no comércio	67	97	100	114	111	118	112	104	106	91	74
Empreg. doméstico	166	78	59	45	60	166	92	105	122	151	129
Operários	18	34	75	67	105	105	132	180	150	172	140
Ambulantes e biscateiros	21	46	90	78	119	122	135	147	133	138	115

Fontes: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/FASE); FIBGE, Tabulações Especiais do Censo Demográfico do Rio de Janeiro.

\* A densidade relativa é o produto da divisão do percentual da categoria no tipo pelo seu percentual no conjunto da região metropolitana, multiplicado por 100.

Quadro 4

## Densidade Relativa das Categorias Sócio-Ocupacionais por Tipo — Paris, 1982

<i>CS</i>	<i>ED1</i>	<i>ED2</i>	<i>CE1</i>	<i>PI1</i>	<i>CE2</i>	<i>CE3</i>	<i>PI2</i>	<i>MQ1</i>	<i>MQ2</i>	<i>MQ3</i>	<i>MI1</i>	<i>MI2</i>	<i>MI3</i>
Agricultores	66	21	183	18	166	124	23	95	160	72	523	109	834
Artesãos	82	83	101	99	96	152	97	105	66	74	134	107	200
Peq. empregadores urb.	189	135	118	133	88	138	123	87	55	64	100	89	114
Empresários	434	178	230	126	111	208	71	89	56	54	88	74	98
Profissões liberais	419	302	185	164	106	161	86	92	51	63	52	64	51
Outras categ. superiores	202	213	226	151	156	124	96	120	119	86	103	91	68
Profissões intermediárias	82	108	107	104	118	108	92	116	130	109	122	118	113
Trab. nos serviços	61	74	73	91	91	88	98	105	110	120	85	105	90
Empreg. no comércio	76	77	74	103	80	100	116	97	84	101	80	88	98
Empreg. doméstico	260	127	91	136	81	90	145	75	65	77	65	76	60
Operários	39	42	47	65	70	78	101	78	74	94	98	94	107
<i>Total</i>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

<i>CS</i>	<i>MP1</i>	<i>MP2</i>	<i>MP3</i>	<i>MP4</i>	<i>PO1</i>	<i>PO2</i>	<i>PO3</i>	<i>PO4</i>	<i>PO5</i>	<i>Total</i>
Agricultores	52	192	642	68	122	43	550	74	301	100
Artesãos	103	164	225	97	97	100	122	85	84	100
Peq. empregadores urb.	98	113	180	73	77	80	122	76	79	100
Empresários	73	93	108	58	58	43	54	38	36	100
Profissões liberais	67	56	70	44	37	39	71	28	39	100
Outras categ. superiores	85	70	61	65	50	51	38	33	28	100
Profissões intermediárias	101	102	89	104	96	89	85	75	75	100
Trab. nos serviços	104	99	77	118	104	112	97	110	84	100
Empreg. no comércio	95	110	99	108	102	112	97	111	97	100
Empreg. doméstico	98	65	73	75	69	83	85	85	74	100
Operários	107	114	131	109	139	133	145	158	188	100
<i>Total</i>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Preteceille (1998).

**Quadro 5**  
**Distribuição das Categorias Sócio-Ocupacionais nos Tipos Superiores, Médios e Operários<sup>11</sup>**

CS	Tipos Superiores		Tipos Médios		Tipos Operários	
	Paris 1982	Rio 1980	Paris 1982	Rio 1980	Paris 1982	Rio 1980
Agricultores	11%	7%	41%	9%	48%	85%
Artesãos	19%	16%	34%	39%	47%	45%
Peq. empregadores urb.	30%	30%	32%	39%	38%	31%
Empresários	45%	79%	30%	15%	24%	5%
Profissões liberais	51%	89%	29%	9%	20%	2%
Outras categ. superiores	38%	66%	38%	26%	25%	8%
Profissões intermediárias	21%	29%	38%	45%	41%	26%
Trab. nos serviços	17%	18%	35%	40%	49%	43%
Empreg. no comércio	19%	17%	33%	38%	48%	46%
Empreg. doméstico	33%	28%	31%	19%	36%	53%
Operários	11%	5%	30%	29%	59%	65%
Ambulantes e biscateiros		6%		34%		59%
<i>Total</i>	21%	21%	34%	34%	45%	44%
Agricultores	0%	0%	0%	0%	0%	2%
Artesãos	2%	1%	3%	2%	3%	2%
Peq. empregadores urb.	4%	5%	3%	4%	2%	3%
Empresários	2%	2%	1%	0%	0%	0%
Profissões liberais	3%	1%	1%	0%	1%	0%
Outras categ. superiores	25%	20%	15%	5%	8%	1%
Profissões intermediárias	20%	22%	23%	21%	19%	9%
Trab. nos serviços	20%	24%	26%	33%	27%	27%
Empreg. no comércio	3%	5%	3%	7%	3%	7%
Empreg. doméstico	7%	13%	4%	5%	4%	12%
Operários	13%	6%	22%	20%	33%	35%
Ambulantes e biscateiros		1%		2%		2%
<i>Total</i>	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Finalmente, se consideramos da mesma maneira os espaços médios, observamos que, neles, as profissões intermediárias são mais concentradas espacialmente no Rio do que em Paris, enquanto que as categorias superiores têm presença relativa muito maior nos espaços médios parisienses e as categorias mais populares estão menos presentes no Rio. Em Paris, os espaços médios apresentam perfil socioprofissional perto da média da distribuição das grandes categorias no conjunto do espaço metropolitano, o que significa a existência de uma mistura social mais equilibrada do que a verificada no Rio de Janeiro.

A geografia dos espaços superiores em Paris apresenta grau de concentração menor do que a

idéia difundida sobre as cidades européias, seguindo a qual os ricos estão exclusivamente no núcleo metropolitano. Há forte presença de tipos superiores nas áreas centrais da cidade e em parte da sua periferia imediata, mas há, ao mesmo tempo, uma distribuição na forma de um mosaico fragmentado na periferia mais distante, seguindo o eixo Sul-Oeste da região de *Ile-de-France*. Trata-se, provavelmente, do resultado de um modo dual de valorização social dos espaços, pelo qual se atribui alto valor histórico-cultural às áreas centrais e alto valor natural-exclusividade a áreas da *banlieue*<sup>12</sup> com muitos espaços verdes, parques e jardins, equipamentos de esporte e densidade limitada.

Já a concentração geográfica dos espaços superiores do Rio de Janeiro decorre de um modo “soma zero” de valorização, que atribui todo o valor social e simbólico ao núcleo metropolitano formado pela área litorânea e seu entorno próximo e, ao mesmo tempo, deprecia de forma quase absoluta os espaços periféricos, pela ausência e precariedade dos serviços urbanos e da moradia. Por outro lado, a distribuição espacial compacta e contígua das categorias superiores é certamente o resultado do modo monopolista de produção da moradia (Ribeiro, 1997) instaurado no Brasil depois de 1964, com o advento do Sistema Financeiro da Habitação, que consolidou a incorporação imobiliária como forma de produção empresarial nas áreas litorâneas. Estes fatores, com efeito, aliados à política habitacional vigente no período do autoritarismo (1964-1986), orientada para a construção de grandes conjuntos habitacionais na periferia, atuaram na direção de remover destes espaços superiores as classes populares. As favelas situadas nesses espaços, contudo, permaneceram como verdadeiros enclaves socioespaciais, com fronteiras bem marcadas, em razão dos enormes custos sociais e políticos implicados na sua remoção e das dificuldades da integração destes espaços ao mercado empresarial de moradias. O perfil sócio-ocupacional dessas favelas é, na média, bem próximo do verificado nas áreas periféricas — embora com particularidades entre as favelas —, o que caracteriza a situação de proximidade geográfica e distância social com os bairros superiores.

### **Comparação dos padrões de transformação das estruturas**

Para as duas cidades, procurou-se identificar as tendências de transformação da estrutura socioespacial no último período intercensitário — 1982-1990 para Paris e 1980-1991 para o Rio de Janeiro. Aplicou-se a mesma metodologia de análise fatorial utilizada no exame da estrutura,<sup>12</sup> a partir de uma tabela com as variações dos perfis da população residente nas unidades espaciais, onde cada linha é constituída pela diferença entre os percentuais das categorias sócio-ocupacionais entre os dois anos

dos respectivos períodos intercensitários. Nosso objetivo foi verificar em que medida poderíamos identificar nas duas metrópoles padrões de evolução da estrutura socioespacial caracterizados por semelhanças e diferenças das variações dos perfis ocupacionais. Em seguida, os tipos de evolução encontrados foram cruzados com os tipos de estruturas identificados no início da década, com a finalidade de avaliar se as tendências de transformação são de consolidação, aprofundamento ou diminuição das distâncias sociais, ou mesmo de emergência de novos padrões de segmentação. O mapeamento das informações permitiu-nos também identificar as diferenças geográficas dos movimentos de transformação.

Podemos resumir os resultados das tipologias de evolução da seguinte maneira: para Paris, a maioria das unidades espaciais se distribui em uma escala hierarquizada de evolução formada por tipos que vão de A a F. Os dois tipos A e B são caracterizados pelo aburguesamento forte ou médio. Os tipos C e D pelo crescimento médio das categorias superiores um pouco mais forte que a média do conjunto da metrópole e pelo crescimento bem superior do que média das profissões intermediárias. O tipo E, por sua vez, caracteriza-se pela proletarização relativa, no sentido de que as categorias populares diminuem menos do que a média, mas as categorias superiores têm evolução positiva em números absolutos. Somente o tipo F é caracterizado pela proletarização absoluta, mas agrupando um número pequeno de *communes*, todas da periferia imediata da cidade de Paris.

No caso do Rio encontramos uma hierarquia de evolução semelhante à encontrada para Paris. Os tipos A e B são também caracterizados pelo aburguesamento forte e médio e os tipos C, D e E, pela progressão positiva das profissões de nível superior, ainda que em nível inferior do que a média verificada no conjunto da metrópole fluminense, e pelo crescimento superior do que a média das profissões intermediárias e forte diminuição do proletariado industrial, substituído parcialmente pelos trabalhadores pouco qualificados dos serviços. Enfim, os tipos F e G são caracterizados pela forte diminuição das categorias típicas da periferia

distante (ocupações agrícolas e trabalhadores da construção civil), mas conhecem também um ligeiro crescimento das profissões de nível superior e de profissões intermediárias.

É interessante notar que em nenhuma das duas metrópoles encontramos espaços marcados pela proletarianização absoluta.

Os Quadros 6 e 7 apresentam o resultado do cruzamento das duas tipologias, da estrutura e da evolução, para as duas cidades. Os tipos da estrutura (na linha) estão dispostos segundo a hierarquia social, dos superiores aos populares, e os tipos da evolução (na coluna), de acordo com a escala contínua que comentamos anteriormente.

**Quadro 6**  
**Distribuição dos Municípios da**  
**Região Ile-de-France segundo as Tipologias**  
**da Estrutura Socioespacial em 1982**  
**e da Evolução 1982-1990**

T82/ T82-90	A	B	C	D	E	F	G	H	I	Total
<b>ED1</b>	19	3	1							23
<b>ED2</b>	11	7	1			1				20
<b>CE1</b>	5	6	9		9	3	1	1	2	36
<b>CE2</b>	5	7	5	10	6	3	2		1	39
<b>CE3</b>	1	11	5	3	3	2	3		4	32
<b>PI1</b>	23	5	1	1						30
<b>PI2</b>	13	2		3						18
<b>MQ1</b>	1	10	4	4	17	2			2	40
<b>MQ2</b>	2	2	4	5	11	4			1	29
<b>MQ3</b>	1	5	1	2	17				6	32
<b>MI1</b>	1	6	5	5	4	3	3	1	6	34
<b>MI2</b>		2	3	10	5	3		1	1	25
<b>MI3</b>	1	5	6	2	3	2	2	1	3	25
<b>MP1</b>	4	2	1	6	1	1		2		17
<b>MP2</b>	4		4	17	6	1	2	2	1	37
<b>MP3</b>	2		3	4	2	1	3	3	17	35
<b>MP4</b>	2	8		12	23					45
<b>PO1</b>		2	2	12	5	2	4	1		28
<b>PO2</b>				18	12				1	31
<b>PO3</b>		2	3	2	8			1	3	19
<b>PO4</b>		1	2	13	14		1		2	33
<b>PO5</b>		1	1	6	3	2	3	13	7	36
<b>Total</b>	95	87	61	135	149	30	24	26	57	664

Fonte: Preteceille (1998).

**Quadro 7**  
**Distribuição das Áreas segundo**  
**as Tipologias da Estrutura Socioespacial**  
**em 1980 e da Evolução 1980-1991 — Região**  
**Metropolitana do Rio de Janeiro**

T80/T80-91	A	B	C	D	E	F	G	Total
<b>S1 – Superior</b>	20							20
<b>S2 – Sup.-Médio</b>	8	5	1					14
<b>M1 – Médio-Sup.</b>	1	8	2	3				14
<b>M2 – Médio</b>		14	2	1				17
<b>M3 – Médio-Inf.</b>	1	10	4	10	1	2	2	30
<b>F – Favela</b>			3	1	1	2	2	9
<b>O1 – Operário Sup.</b>	1	5	18	2	4	5		35
<b>O2 – Operário Médio</b>		1	2	4	6	7		20
<b>O3 – Operário Inf.</b>	1	2	5	4	6	4		22
<b>PO – Popular Oper.</b>		1		19	6	1		27
<b>PP – Popular Perif.</b>	1	1		4		5		11
<b>Total</b>	31	39	22	40	35	26	26	219

Fontes: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPUR/FASE); FIBGE, Tabulações Especiais dos Censos Demográficos do Rio de Janeiro, 1980 e 1991.

Em Paris, a evolução dos tipos superiores apresenta dois componentes. Aqueles que agrupam quase exclusivamente bairros de Paris (ED1, ED2, PI1) conhecem um movimento de aburguesamento máximo (tipo A) ou forte (tipo B), quase sem exceção. Já os tipos *banlieusards* apresentam evoluções mais dispersas, com um número não desprezível de casos de proletarianização (tipos E e F). É importante assinalar que o sentido de proletarianização, neste caso, não é aumento absoluto das categorias proletárias, mas ligeira diminuição do peso relativo das categorias superiores e médias. No Rio, as áreas dos tipos superiores apresentam quase exclusivamente uma evolução na direção do aburguesamento máximo e forte (tipos A e B).

Se tomamos o outro extremo da hierarquia social, os espaços operários parisienses são pouco presentes nos casos extremos de evolução, isto é, no aburguesamento máximo ou forte (A e B) e na proletarianização absoluta (E). Eles se dividem, principalmente, entre os casos C e D, de um lado, e E, de outro, que exprimem variações da evolução média. É interessante notar que o número de casos de espaços operários que conhecem aburguesamento (28) é muito maior que os de proletarianização

absoluta (7). No Rio, os espaços operários e populares evoluem concentradamente nos tipos de terciarização média e desproletarização industrial, ao mesmo tempo em que não se observa nenhum caso de proletarização absoluta. A proporção de espaços populares e operários que se aburguesam é relativamente menor (1,5%) do que o verificado em Paris (5%).

Vejam os agora os espaços médios. Em Paris, são estes tipos que conhecem a evolução mais dispersa, pois são proporcionalmente mais numerosos no aburguesamento do que os espaços populares, além de serem também mais numerosos no caso de proletarização absoluta. Nota-se que a quase totalidade de espaços médios que se encontram no interior da cidade de Paris se aburguesou. No Rio, a evolução dos espaços médios é menos dispersa, observando-se um segmento majoritário que se aburguesa (34) e outro (27) caracterizado pelo aumento da sobre-representação das profissões intermediárias.

## Conclusão

A comparação indica dois traços comuns às duas cidades. As evoluções da estrutura ocupacional e da divisão social do espaço são caracterizadas pela inércia. As reestruturação econômica e a crise não implicam grandes mudanças, pois a estrutura social evolui apenas progressivamente. Por outro lado, ao obtermos baixos índices de variância<sup>13</sup> para os dois primeiros fatores nas duas análises das mudanças dos perfis ocupacionais nas duas metrópoles, verificamos que a evolução da divisão social dos espaços de Paris e do Rio é muito mais marcada pela permanência dos traços da sua estruturação do que por bruscas mudanças. Em outras palavras, em nossa análise observamos pequenas variações dos perfis sócio-ocupacionais das áreas, apesar de examinarmos, nos dois casos, períodos de importantes mudanças econômicas — globalização, reestruturação e crise. Tal resultado parece-nos importante na medida em que vai em direção oposta à expectativa fundada no senso comum segundo o qual o Rio é submetido a um intenso e permanente movimen-

to de transformação. Esta imagem corresponde apenas à evolução de um caso — Itaipú —, que em dez anos conhece uma total transformação da sua estrutura social. Trata-se de um caso excepcional, não observado em Paris, que no entanto tende a ser tomado falsamente como expressão da evolução do conjunto da estrutura socioespacial fluminense.

Verificamos que as estruturas evoluem na direção da elevação do conjunto da hierarquia socioespacial. A tendência mais forte é a do crescimento das categorias superiores e intermediárias no conjunto das unidades dos espaços metropolitanos de Paris e do Rio, ainda que com taxas bastantes diferentes. Não observamos, por outro lado, tendências de concentração absoluta de categorias populares e operárias em quaisquer dos espaços, o que caracterizaria tendências de exclusão e empobrecimento. Este resultado, observado tanto para Paris quanto para o Rio, coloca em questão a relação de causalidade entre globalização e dualização socioespacial afirmada por muitos autores. Nossa hipótese é que as evoluções da estrutura social e da segregação são mais fortemente ligadas às transformações profundas e progressivas da base produtiva e do mercado de trabalho geradas pela emergência de uma economia de serviços, do que aos impactos conjunturais da globalização financeira.

Se não observamos, porém, tendência à dualização, constatamos que em Paris e no Rio cresce a distância social entre os dois extremos da estrutura socioespacial, em razão do movimento de reforço muito maior do peso das categorias superiores nos espaços burgueses que nos espaços populares. Deste ponto de vista, verifica-se certas tendências da segregação, entretanto, não como consequência de segregação compulsória das camadas populares, mas como resultado das práticas de auto-segregação das elites.

## ANEXO

**Correspondência entre CSP's francesas e CSO's brasileiras**

Code	Catégories socio-professionnelles (F)	Categorias agrupadas	Código	Categorias sócio-ocupacionais (BR)
11	Agriculteurs sur petite exploitation	<b>Ocupações agrícolas</b>	10	Ocupações agrícolas
12	Agriculteurs sur moyenne exploitation			
13	Agriculteurs sur grande exploitation			
69	Ouvriers agricoles			
21	Artisans	<b>Artesãos</b>	32	Artesãos
22	Commerçants et assimilés	<b>Peq. empregadores urb.</b>	31	Pequenos empregadores urb.
			33	Comerciantes por conta próp.
23	Chefs d'entreprise de 10 salariés ou plus	<b>Empresários</b>	21	Empresários
31	Professions libérales		24	Profissionais liberais
33	Cadres de la fonction publique	<b>Outras categ. superiores</b>	22	Dirigentes do setor privado
34	Professeurs, professions scientifiques		23	Dirigentes do setor público
35	Prof. information, arts et spectacles		41	Profissionais de nível sup. aut.
37	Cadres adm. et commerc. d'entreprise		42	Profissionais empregados
38	Ingénieurs, cadres techniques d'entreprise			
42	Instituteurs et assimilés	<b>Profissões intermediárias</b>	52	Empregados de supervisão
43	Prof. interm. santé et travail social		53	Técnicos e artistas
44	Clergé, religieux		54	Empregados da Saúde e da Educação
45	Prof. interm. admin. de la fonction publ.			
46	Prof. interm. admin. et commerc. des entr.		55	Empregados da Segurança, Justiça e correios
47	Techniciens			
48	Contremaîtres, agents de maîtrise			
55	Employés de commerce		<b>Empregados no comércio</b>	61
52	Employés civils, agents serv. fonct. publ.	<b>Trabalhadores de serviços</b>	51	Empregados de escritório
53	Policiers et militaires		62	Prestadores de serviços especializados
54	Employés administratifs d'entreprise		63	Prestadores de serviços não-especializados
56	Personn. serv. directs aux particuliers	<b>Empregados domésticos</b>	81	Empregados domésticos
62	Ouvriers qualifiés de type industriel	<b>Operários</b>	71	Operários da indústria moderna
63	Ouvriers qualifiés de type artisanal			
64	Chauffeurs		72	Operários da indústria tradicional
65	Ouvr. qual. manut., magasinage, transp.		73	Operários dos serviços auxiliares
67	Ouvriers non qualif. de type industriel		74	Operários da construção civil
		<b>Ambulantes e biscateiros</b>	82	Ambulantes
			83	Biscateiros

## NOTAS

- 1 Para a FIBGE, “entende-se como ocupação o emprego, cargo, função, profissão, etc. exercido durante a maior parte dos 12 meses anteriores à data de referência do Censo ou, excepcionalmente, a ocupação exercida na data de referência do Censo, quando adotada com ânimo definitivo, incluindo-se, neste caso, a mudança de designação devido a promoção ou mudança de carreira. FIBGE, Censo demográfico de 1991. Documentação dos microdados da amostra, Rio de Janeiro, s/d.
- 2 Podemos perceber com nitidez a imprecisão da relação entre ocupação e posição social pela maneira como são utilizados na linguagem comum e, em parte, na linguagem “erudita” — no jornalismo e na política — as categorias “classe média”, “classe trabalhadora” e “funcionários”. Nos discursos públicos, é fácil notar o funcionamento de jogos lingüísticos de auto-inclusão e exclusão, a serviço, quase sempre, da manipulação das informações e do espaço público. Um bom exemplo é, sem dúvida, o do próprio presidente da República, que se auto-identifica como pertencente à “classe média”.
- 3 Na continuidade do texto, para simplificar, empregaremos os termos Paris e Rio para designar, respectivamente, a região *Ile-de-France* e a área metropolitana do Rio de Janeiro. Quando nos referirmos aos dois municípios que formam os núcleos destas duas regiões utilizaremos a palavra cidade.
- 4 Enfermeira, professor de nível médio e profissões intermediárias.
- 5 Empregados dos serviços pessoais.
- 6 Renda mínima de inserção.
- 7 Quadros administrativos e comerciais de empresas, ocupações equivalentes à de gerente na nomenclatura brasileira.
- 8 Profissões de informação, artes e espetáculo, equivalentes às ocupações técnicas e artísticas na nomenclatura brasileira.
- 9 Agentes de controle e empregados públicos.
- 10 Município.
- 11 Agrupamos, para sintetizar os resultados, os tipos em três grupos com pesos semelhantes no total das populações ativas ou ocupadas das duas regiões metropolitanas: tipos superiores, 21% do total, que são os dois tipos superiores do Rio de Janeiro, S1 e S2, e os 4 tipos superiores de Paris, ED1, ED2, CE1 e PI1; tipos médios, 34% do total, que são os tipos M1, M2 e M3 no Rio, e os tipos CE2, CE3, PI1, MQ1, MQ2, MQ3, MI1, MI2, MI3 em Paris; e tipos operários, 44% do total, que são os tipos F, O1, O2, O3, PO e PP no Rio, e MP1, MP2, MP3, MP4, PO1, PO2, PO3, PO4 e PO5 em Paris.
- 12 Subúrbio.

- 13 Para Paris, empregou-se o modelo de análise fatorial por componente principal; para o Rio, a análise fatorial por correspondência múltipla. Sobre estes modelos ver Fenelon (1981).
- 14 A título de ilustração: para Paris, os três primeiros fatores alcançam apenas 25% da explicação da variância, enquanto que para o Rio, menos que 10%.

## BIBLIOGRAFIA

- BESSY, Pascale. (sous la direction de Nicole Tabard). (1990), *Typologie socioprofessionnelle de l'Ile-de-France. 22 types de communes*. Paris, INSEE.
- CALDEIRA, Tereza. (1997), “Enclaves fortificados: a nova segregação urbana”. *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, 47, março: 155-78.
- CHENU, Alain. (1997), “La descriptibilité statistique des professions”. *Sociétés Contemporaines*, 26: 109-36.
- CHENU, Alain e TABARD, Nicole. (1993), “Les transformations socioprofessionnelles du territoire français, 1982-1990”. *Population*, 6: 1.735-69.
- DESROSIÈRES, A., GOY, A. e THÉVENOT, L. (1983), “L'identité sociale dans le travail statistique. La nouvelle nomenclature des professions et catégories socioprofessionnelles”. *Economie et Statistique*, INSEE.
- DESROSIÈRES, A. e THÉVENOT, L. (1988), *Les catégories socioprofessionnelles*. Paris, Editions La Découverte.
- FENELON, J.P. (1981), *Qu'est-ce que l'analyse des données?* Paris, Lefonen.
- JORGE, Izahaki, FILGUEIRAS, Angela *et al.* (s/d.), *Categorias sócio-ocupacionais. Uma perspectiva para análise da força de trabalho e da distribuição de rendimentos no Brasil*. IBGE, mimeo, 34p.
- LIPIETZ, A. (1996), *La société en sablier: le partage du travail contre la déchirure sociale*. Paris, La Découverte.
- MOLLENKOPF, John Hull e CASTELLS, Manuel (eds.). (1992), *Dual city: restructuring New York*. Nova York, Russell Sage Foundation.
- PINÇON, M. e PINÇON-CHARLOT, M. (1982), *Dans les beaux quartiers*. Paris, Seuil.

- PRETECEILLE, Edmond. (1995), "Division sociale et globalisation; le cas de la métropole parisienne". *Sociétés Contemporaines*, 22-23.
- \_\_\_\_\_. (1996), "Segregação, classes e política na grande cidade". *Cadernos IPPUR/UFRJ*, 10, 2, ago.-dez.: 15-38.
- \_\_\_\_\_. (1998), *Division sociale et services urbains. Vol. I: Inégalités et contrastes sociaux en Ile-de-France*. Paris, CSU.
- RIBEIRO, L.C.Q. (1997), *Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SASSEN, Saskia. (1991), *The global city: New York, London, Tokyo*. New Jersey, Princeton University Press.
- SILVA, Nelson do Valle. (1973), Posição social das ocupações. IBGE, Centro de Informática, mimeo.
- \_\_\_\_\_. (1985), Atualização da escola socioeconômica de ocupação para 1980. Laboratório Nacional de Computação Científica, CNPq, mimeo, 17p.
- \_\_\_\_\_. (s/d.), Categorias ocupacionais por sexo e cor. IBGE, mimeo, 17p.
- SINGER, Paul. (1977), *Economia política do trabalho*. São Paulo, Hucitec..